

Aos 10 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três - na forma online - realizou-se a reunião do CONFECON. A reunião foi presidida pelo Secretário da Justiça e Cidadania, Dr. Santin Roveda, participando Claudia Francisca Silvano, representante titular do PROCON/PR e Secretária Executiva do Conselho, Dr. Jorge Miguel Sogaier, representante do Ministério Público do Estado do Paraná, Dra. Laís Bergstein, representante titular do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON, Dra. Maristela Marques, representante titular da Associação Paranaense de Cultura – APC/PUC-PR e o Dr. Antonio Carlos Efig, representante titular da OAB-PR.

Dr. Santin Roveda, novo Secretário da Justiça, foi apresentado aos Conselheiros e se colocou à disposição para auxiliar o Confecon no que for necessário, lembrando que houve, recentemente, uma reforma administrativa e separação das Secretarias e respectivas atividades.

Passada a palavra para a Secretária Executiva do Confecon, o primeiro ponto da pauta tratado foi a prestação de informações acerca dos processos que ainda estão sendo finalizados e que foram endereçados com recursos do FECON, conforme segue.

Aquisição do KIT COMBUSTÍVEL para o Ministério Público do Paraná: será providenciada a aquisição complementar de mais 450 frascos conforme solicitado pelo MP-PR.

Aquisição de central telefonica VOIP para o Procon-PR – serão solicitados novos orçamentos para posterior apresentação ao Conselho.

Aquisição de sistema de digitalização para os processos – estamos em conversação com a Celear para posterior apresentação ao Conselho.

Em relação a publicação do Edital para apresentação de projetos por entidades da sociedade civil, foi informado a todos que o Núcleo Fazendário da então SEJUF, tendo em vista a reforma administrativa, orientou que aguardássemos a assunção do novo Secretário da Justiça.

Além disso, em que pese haver saldo disponível no Fundo no presente momento, o mesmo não poderá ser utilizado para endereçamento de projetos apresentados por entidades da sociedade civil, tendo em vista não haver previsão de saldo para tal rubrica.

A explicação não ficou clara para os Conselheiros, que solicitaram a realização de nova reunião na próxima semana para que sejam apresentados esclarecimentos/explicações pela Secretaria da Justiça e Cidadania através do

Núcleo Fazendário Setorial, nesta data marcada para o dia 19.04.23, às 15:30.

A Secretária Executiva, Claudia Silvano, pediu aos Conselheiros informações sobre eventual propositura de medida judicial por parte da OAB, o que foi confirmado pelo Conselheiro Antonio Carlos Efing. A medida tem como escopo questionar a transferência de valores autorizada pela Lei 20.532/21, que autorizou o repasse de parte do saldo existente no FECON para ações de combate à pandemia. O Conselheiro Efing informou, contudo, que os valores foram utilizados para fomento de atividades realizadas por fornecedores.

Os Conselheiros foram informados que existe um protocolado em trâmite em que a Secretaria da Saúde foi oficiada para que apresente esclarecimentos sobre a utilização dos valores.

Dra. Lais Bergstein questionou a demora e falta de transparência na utilização dos recursos do Fecon, que ficam acumulados e posteriormente são transferidos para outras finalidades.

Durante a reunião houve ainda menção do pedido de retirada de pauta de votação, pelo Deputado Estadual Paulo Gomes, de projeto de lei que pretende a alteração da Lei 14.975/2005 e do Decreto 10.332/18.

Os Conselheiros questionaram a falta de transparência em relação as alterações pretendidas, uma vez que o Conselho não foi consultado.

Claudia Silvano explicou que é imprescindível que a composição do conselho seja paritária, ou seja, que o número de conselheiros governamentais seja igual ao número de conselheiros da sociedade civil. Dessa forma, se, por exemplo, o conselho for composto por 12 conselheiros titulares, seis devem ser representantes da esfera governamental e seis da sociedade civil.

Ficou acordado, portanto, que na próxima reunião deverá haver os esclarecimentos acerca dos recursos disponíveis para que o edital possa ser finalmente publicado.